

Avaliação de Cursos e Gestão do Ensino de Graduação em Universidades: um estudo de tendência¹

Bernardo Kipnis*

Paulo Sérgio Bareicha**

RESUMO

O presente trabalho coloca em debate a questão da avaliação institucional de universidades, a partir da perspectiva da avaliação dos cursos de graduação. Partindo, como referencial conceitual, do documento básico do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), aponta para duas metodologias de levantamento de informações para a tomada de decisão, tendo como suposto a sua complementaridade. Uma, apoiada em questionários, capta as percepções de atores no processo; a outra, baseada em dados quantitativos retirados diretamente do sistema informatizado da instituição, serve para a composição de indicadores. Argumenta-se que estudos de tendência de variáveis/indicadores, entre outras possibilidades, podem ser relevantes na constituição de um quadro de conhecimento sobre o ensino de graduação. Ao final, propõe-se uma agenda para outros tipos de estudos.

***Bernardo Kipnis**
Ph.D em Educação pelo
Institute of Education,
University of London; Chefe
Dep. Teoria e Fundamentos,
Fac. Educação/UnB.
****Paulo Sérgio Bareicha**
Mestre em Educação e Prof.
da Fac. Educação/UnB.

1. Introdução

A avaliação da educação superior, principalmente de universidades, vem se caracterizando como área emergente de estudo, bem como tema que permeia as discussões atuais sobre políticas para este nível de ensino, dentro de um quadro de crises e mudanças profundas, tanto no país como no mundo. Principalmente com o ressurgimento do Estado de Direito, em 1985, a partir da Nova República, com a promulgação de uma nova Constituição, em 1988, e com as discussões sobre o projeto de uma nova LDB propondo, especialmente, reformulações para o ensino superior brasileiro, reuniões, encontros nacionais e internacionais e seminários vêm ocorrendo, configurando-se um corpo razoável de conhecimentos sobre a temática². Do ponto de vista de política governamental, a ação mais concreta pode ser percebida no "Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileiras (PAIUB), adotado pela SESU/MEC em 1993, com um edital para financiamento de projetos, lançado já em 1994. Mais adiante discute-se o documento básico desse programa, to-

(*) Filiação Institucional: Chefe do Dep. Teoria e Fundamentos, Fac. Educação/UnB.

(**) Filiação Institucional: Professor da Fac. Educação/UnB.

¹ Este texto constitui-se em versão atualizada de um outro apresentado na XVI Reunião Anual da ANPEd, realizada em setembro de 1992, em Caxambu, Minas Gerais.

mando como referencial para o argumento proposto por este trabalho.

O presente estudo tem como eixo condutor a relação avaliação e gestão do ensino. Esta relação é melhor captada através da análise dos cursos de graduação, entendidos como objeto mais adequado para este tipo de estudo. Trata-se de verificar de que maneira a avaliação de cursos pode ter implicações na gestão do ensino de graduação, em universidades. O destaque para o nível da graduação é intencional. Sabe-se que a pós-graduação, através do sistema de avaliação implantado pela CAPES, e com o respaldo da comunidade científica, vem sendo regularmente avaliada há mais de dez anos. O mesmo não ocorre com o ensino de graduação, embora a pressão atual seja bem forte nesta direção, principalmente quando envolve distribuição de recursos.

Este texto está dividido em mais de três seções. A primeira faz algumas considerações em relação ao documento básico do PAIUB, principalmente em termos da metodologia proposta, pois acredita-se que seja o referencial, a nível nacional e em termos de ação de política educacional, mais atual. A seção seguinte apresenta um estudo de tendência a partir de algumas variáveis/indicadores, como ilustração do alcance deste tipo de análise para a gestão institucional do ensino de graduação. Ao final, sugere-se possibilidades de estudos futuros mais aprofundados.

2. Algumas Considerações sobre Avaliação Institucional

De uma forma geral, toda proposta de ava-

liação busca responder a algumas questões centrais: por que avaliar, quem avalia, o quê e como deve-se avaliar, e quais as consequências para o avaliando. (Belloni, Kipnis, Serafini, 1988; Belloni et al. 1989; Ensaio 1993-1995; Em avaliação educacional, 1990; Ludke, 1990)

Inicialmente, o por quê avaliar nos remete às razões ou justificativas que se apresentam para tal tarefa. Para as universidades trata-se, por um lado, da necessidade de um autoconhecimento que estas instituições requerem, seja para dar satisfações à sociedade devido a possuírem um caráter eminentemente público, principalmente ao receberem financiamento do Estado, seja para definirem melhor o seu papel frente à comunidade onde atuam. De outro lado, dentro de um processo de gestão institucional, a avaliação é requisito indispensável para a tomada de decisão, bem como elemento alimentador na revisão ou continuidade dos rumos estabelecidos pela política institucional. Pressupõe-se, naturalmente, que o funcionamento da instituição permita algum tipo de planejamento.³

No caso do avaliador ou de quem deve avaliar, a resposta nos remete à delimitação dos níveis, interno e/ou externo, em que ocorre a avaliação. Interessa ou é possível à instituição promover uma auto-avaliação, ou considera-se este um processo viesado podendo ocorrer somente se realizado por grupos e/ou instituições externos àquela a ser avaliada? A experiência vem demonstrando a necessidade de existir uma complementação entre estes dois níveis. 4 O PAIUB, em seu documento básico, aponta nesta direção.

² Neste contexto, pode-se destacar a 43ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores, realizada em Salvador, em julho de 1985, tendo como tema central "Universidade: Avaliação de Desempenho e Compromisso Social". Como desdobramento, o Diretório Executivo do CRUB deliberou criar uma Comissão Especial, em setembro de 1987, para opinar sobre a avaliação nas universidades; o "Encontro Internacional sobre a Avaliação do Ensino Superior", em setembro de 1987, coordenado pela SESU/MEC e com o apoio da OEA, CRUB e IPEA/CENDEC; o seminário sobre Avaliação Institucional, em fevereiro de 1989, promovido pela Fundação Carlos Chagas e com a colaboração da OSEC e SESU/MEC; a VI Conferência Brasileira de Educação, com a mesa-redonda "Avaliação do Ensino Superior", realizada em setembro de 1991, na Universidade de São Paulo; o tema específico "Avaliação, autonomia e gestão do ensino superior", dentro do tema geral "Políticas públicas relativas ao ensino superior no país", discutido no GT de política do ensino Superior da ANPED, em setembro de 1992;

³ Este pressuposto encontra-se discutido em Kipnis, B., *Democracia e o processo decisório em universidades públicas*, trabalho apresentado no *Congresso Pedagogia 95*, Havana, Cuba, fevereiro de 1995, onde a visão de uma universidade planejada é contraposta à perspectiva de Kerr, da multiversidade, e o modelo da "anarquia organizada" de March e Olson, onde o elemento político é o predominante.

O foco do presente trabalho, para efeito de análise, privilegia o nível interno, a partir do pressuposto de que a universidade, além de assumir a sua auto-avaliação, deve estar preparada para tal tarefa, pois, além de técnica, a avaliação institucional representa uma questão política na sua relação com o Estado e central para a polêmica sobre a autonomia universitária.

A pergunta sobre o que avaliar, no caso de uma instituição como a universidade, pressupõe um quadro bastante abrangente.

Belloni, Kipnis, Serafini, já em 1988, e constante também do documento básico do PAIUB, propõem o recorte da universidade em quatro dimensões, tendo por base as funções desempenhadas pela instituição, ou seja, ensino, pesquisa e extensão enquanto atividades finalísticas, e a administração como atividade de suporte. Cada dimensão pode ser subdividida, especificando-se cada vez mais o objeto a ser avaliado. Por exemplo, o ensino pode ser avaliado segundo o nível, graduação ou pós-graduação, o desempenho do professor, a disciplina, o currículo, e as condições de infra-estrutura.

Todo processo avaliativo tem por base princípios norteadores. Estes, por sua vez, associam-se ao tipo de sociedade em que se vive. Regimes autoritários ou democráticos condicionam os princípios que embasam a avaliação. No atual momento da dinâmica social brasileira, em que valores democráticos prevalecem, existe espaço para alguns princípios: a legitimidade na proposição dos critérios e na institucionalização da avaliação, a participação dos vários segmentos da comunidade universitária, o comprometimento individual e coletivo com o aperfeiçoamento institucional e o entendimento da avaliação menos como premiação/punição e mais como caminho para o desenvolvimento da instituição, a partir dos resultados obtidos. Dentro desta perspectiva, supõe-se que os indivíduos, e a própria instituição, estarão muito mais predispostos a serem avaliados, tendo, por base, a criação de um clima de confiança.

Finalmente, torna-se necessária a operaciona-

lização da avaliação institucional, ou seja, é preciso mostrar como avaliar através de uma metodologia própria. Tendo por base a definição do que se quer avaliar e dos critérios da avaliação, indicadores e instrumentos específicos devem ser delineados para atender a cada objetivo sugerido.

3. Considerações sobre o Documento Básico do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras

Este programa, instituído pelo Ministério da Educação, em 1993, encontra-se sob responsabilidade da Secretaria de Educação Superior, tendo como suporte uma Comissão Nacional de Avaliação composta por representantes, além da própria SESU, de associações como a Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), a Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP) e a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católica (ABESC); fazem parte também desta comissão representantes dos fóruns dos pró-reitores de graduação, de pesquisa e pós-graduação, de extensão e de planejamento e administração. Além disso, trabalha junto a esta Comissão um comitê Assessor, composto por especialistas na área e indicados pelos diversos setores representativos.

Em novembro de 1993, esta Comissão apresentou o documento básico de avaliação de universidades brasileiras, como proposta nacional, e em 1994, lançou o primeiro edital do Programa para financiamento de projetos, com recursos da SESU/MEC, de universidades interessadas em desencadear este processo de avaliação dentro de sua instituição, tendo por referência as indicações contidas neste documento básico.

Em linhas gerais, e apresentado aqui de forma bem resumida, esta proposta nacional constitui-se em uma síntese dos debates sobre a temática que vem ocorrendo desde 1985, conforme apontado na introdução deste estudo.

4 A publicação que mais se preocupa com a questão do avaliador é *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n.1, jan-jun 1990.

O documento encontra-se dividido, basicamente, em duas partes.

A primeira trata da questão da avaliação institucional, em termos de sua fundamentação, princípios, objetivos e características.

De forma genérica, estes pontos respondem àquelas questões levantadas na seção dois, ou seja, entende-se a avaliação como um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, necessário para o planejamento e gestão universitária e uma forma sistemática de prestação de contas à sociedade. Além disso, adota como princípios a conscientização da necessidade de avaliação, o reconhecimento da legitimidade do processo e participação direta da comunidade acadêmica. O processo, em si, deve integrar os esforços e experiências já existentes na instituição, além de ser contínuo, sistemático e não vinculado a mecanismo de premiação/punição.

A segunda parte trata, especificamente, da avaliação do ensino de graduação, identificando dimensões a serem avaliadas (condições, processos e resultados) e propondo, no anexo, alguns indicadores quantitativos. O documento não detalha, no entanto, a forma como as informações podem ser captadas para atender à avaliação da graduação. Este é o foco do presente trabalho.

Existiriam, a princípio, duas formas de levantamento dos dados necessários. Uma, via questionário aplicado a professores e alunos, constituindo-se na montagem de um banco de dados primários sobre os cursos de graduação.

O questionário avaliativo é uma forma de coleta de dados que tem como pressuposto o fato de que quem melhor avalia é aquele diretamente envolvido no processo. Além disso, pode trabalhar com duas fontes informativas distintas evitando, assim, a ocorrência talvez de um viés em termos de percepções. Professores e alunos podem convergir ou divergir nas respostas. No caso de convergências, seja positiva ou negativa, fica aberto um espaço para a ação institucional. A divergência requer um estudo explicativo dos motivos para tal ocorrência. Este tipo de instrumento oportuniza, também, o estabelecimento de indicadores através das perguntas propostas, ampliando o leque de comparações em relação

àqueles mais tradicionais. Capta informações relevantes principalmente no que tange às condições e ao processo de ensino no curso.

A outra forma de captação de informações pode ocorrer via sistema informatizado da instituição com capacidade para fornecer dados quantitativos em uma séria histórica, base para a operacionalização de variáveis e composição de indicadores. O documento do PAIUB, em seu anexo I, apresenta variáveis/indicadores deste tipo, seguidos de suas respectivas definições como ingressante, diplomado, área construída, acervo bibliográfico, tempo de conclusão do curso e outros. Alguns dos indicadores correspondem a relações como aluno/docente, diplomado/ingressante, produção acadêmica/docente e outros.

Tendo por base este tipo de informação e a proposição de indicadores quantitativos, a próxima seção do trabalho argumenta no sentido da importância de se realizar um estudo de tendência desses indicadores/variáveis propostos, como parte do processo avaliativo e de gestão de cursos a nível de graduação.

4. Estudo de Tendências - Matrículas e Desempenho dos Alunos nos Cursos de Graduação

As seções anteriores procuram mostrar como que teoricamente vem sendo trabalhada a questão da avaliação institucional no Brasil. O PAIUB parece, ser no momento, a iniciativa mais concreta, do ponto de vista de política de ensino superior, no sentido de operacionalizar o debate e conseguir resultados palpáveis que possam influir na melhoria da qualidade da formação do profissional universitário brasileiro.

Tendo por base dois indicadores/variáveis selecionados como exemplo, busca-se mostrar como um estudo de tendência desses indicadores ao longo do tempo permite a identificação de problemas, em um primeiro momento, passíveis de serem corrigidos através de medidas gerências adequadas, ou servirem de base para futuros estudos mais explicativos e aprofundados. Em seguida, descreve-se este tipo de me-

todologia, utilizando-se dados dos cursos de uma universidade não identificada.⁵

A título de testagem, escolheram-se duas variáveis para este estudo tendencial: o número de matrículas e o desempenho dos alunos por curso. As matrículas representam a vida do curso, em termos de alunos. Esta dinâmica pode revelar para onde o curso vai, seja crescendo, estabilizando ou regredindo. As aprovações ou reprovações dos alunos sugerem um indicador de qualidade, ou de como o curso mede a passagem deste aluno durante a sua formação profissional. Junto destas variáveis existem outras tantas, também passíveis de um estudo tendencial, já apontadas pelo PAIUB, e que serão comentadas ao final do trabalho.

Utilizou-se o período correspondente a sete semestres, a partir da informatização do sistema de dados da instituição. Foram coletadas informações sobre 35 cursos, tendo por base a lista de oferta dos Departamentos.⁶ Ressalta-se o fato de que pode-se ter as mais variadas composições departamento-curso em universidades, ou seja, um departamento, um curso; um departamento, mais de um curso; um curso e mais de um departamento; mais de um curso, mais de um departamento.

a) Matrícula

Para cada curso, foram desenhados dois gráficos, um de linha mostrando a variação semestre a semestre, e outro apresentando uma reta de tendência ajustada a estes mesmos pontos. A partir dos extremos desta reta, calculou-se a taxa de variação do número de matrículas. O anexo 2 apresenta somente as seis tendências mais expressivas que os dados revelaram. Para efeito de análise, trabalhou-se com três categorias: cursos em crescimento, quando a taxa de variação estivesse positivamente acima dos 10%; curso em decréscimo, quando a taxa estivesse negativamente acima dos 10%; e curso estáveis, com taxas abaixo dos 10%, tanto positiva quanto negativamente.

Ressalta-se o fato de que, neste exemplo, estão incluídas como disciplinas do curso não somente aquelas que atendem aos seus próprios alunos, mas também as de serviços, ou seja, aquelas que possuem alunos de outros cursos. A taxa de variação das matrículas, neste caso, não só depende da dinâmica do curso específico, mas também é afetada pela dinâmica dos outros. Um contraste interessante seria representar os mesmos gráficos sem as disciplinas de serviços.

As duas formas de apresentação gráfica permitem também algumas alternativas de análise. Pode-se perceber em algumas casos que, embora a tendência, em média, seja de crescimento, existem variações acentuadas entre semestres. Explicações podem ser buscadas e hipóteses consideradas. Por exemplo, períodos de greve e semestres descontínuos estariam influenciando negativamente as matrículas. Este impacto, por sua vez pode apresentar variações entre os diversos cursos e áreas.

Dos 35 cursos analisados, 17 apresentaram crescimento no período (48,6%), alguns inclusive com elevadas taxas; 15 permaneceram estáveis (42,9%) e somente 3 cursos mostraram queda no número de matrículas (8,5%). O gráfico mais expressivo é o da Engenharia Elétrica, com uma tendência à queda acentuada e contínua no período. Os outros dois cursos foram Estatística e Geologia.

Tendo por base estes dados, outras hipóteses podem ser sugeridas. Cursos com um número de matrícula inicial bem reduzido, entre 50 e 100 alunos, como Artes Cênicas, Nutrição e Enfermagem tiveram um elevado crescimento no período, 72,4%, 77,1%, 200%, respectivamente. Ao contrário de cursos mais tradicionais como Direito e Medicina, que se mantiveram estáveis na faixa dos 2500 alunos. Pode-se hipotetizar que o leque de demanda por profissões está mais aberto ou que, dada a dificuldade de entrada no vestibular em determinados cursos, opta-se por outros, mais pela facilidade do que por voca-

⁵ Para efeito do objetivo do artigo, esta identificação não se torna relevante, embora os dados refiram-se a uma instituição concreta. Estes dados foram retirados diretamente do Sistema de Informações Acadêmicas da Pró-reitoria de Graduação desta instituição.

⁶ As matrículas semestrais só podem ser identificadas a partir das disciplinas dos cursos.

ção ou mercado de trabalho atraente. Pode estar havendo, por exemplo, um deslocamento da Medicina para as áreas de Nutrição e Enfermagem. Outros estudos se fazem necessários.

Nesta mesma direção, pode-se hipotetizar variáveis explicativas para o caso daqueles cursos com matrícula em queda. Por exemplo, perda da atratividade da profissão no mercado de trabalho em comparação com outras da mesma área; perda de prestígio e sinais de esgotamento da profissão. A redução do número de professores, seja por aposentadoria, seja por melhores atrativos no mercado fora da Universidade, poderia ter implicações diretas na redução das matrículas; um elevado índice de reprovação poderia também ser considerado como variável explicativa.

b) Desempenho dos alunos

Esta variável apresenta-se de uma forma bastante interessante já que, através dela, pode-se definir um padrão de avaliação dos alunos na instituição. Trabalhou-se com as categorias de aprovação, reprovação e trancamento. Neste caso, o percentual encontrado em cada uma dessas categorias pode ser combinado, através dos gráficos (veja anexo 3), com as tendências dos cursos ao crescimento, à estabilidade ou à queda.

Em termos descritivos, 25 cursos (71,4%) se encontram no intervalo de 75% a 85% como índice de aprovação; 6 cursos (17,1%) estão próximos dos 60% de aprovações ou abaixo deles; 4 cursos (11,1%) próximos a 100% de aprovações. Com estes dados podemos sugerir que existe uma certa regularidade em termos de aprovação a um índice dado. Cursos que fogem do padrão, mais para o alto, são Medicina, Odontologia, Enfermagem e Nutrição, coincidentemente todos da Faculdade de Saúde. Entre os cursos com menores índices de aprovação, estão Física, Matemática, Ciências da Computação, Química, Estatística e Filosofia. Chama atenção, entre eles, a Matemática, onde o índice de aprovação alcança 40%, com as tendências das curvas de aprovação e de reprovação se encontrarem, e a Filosofia, apresentando uma queda de 75% para 60%, constituindo-se em uma exceção dentro da área de Humanas. De maneira geral, os trancamentos apresentam uma tendência à queda.

Algumas questões podem ser colocadas após a breve análise desta variável. Sem dúvida alguma, existe um padrão elevado de aprovações nos cursos, o qual pode ser explicado pela quantidade/qualidade dos professores e/ou pela qualidade das condições de infra-estrutura. No entanto, é sintomático, por exemplo, que cursos com índices de aprovação baixos estejam concentrados na área das Ciências Exatas, à exceção de Filosofia, da área de Humanas. A explicação pode estar nas diferentes concepções em termos de avaliação do aprendizado, ou no o rigor e nível de eficiência colocados pelo curso.

Novamente as disciplinas de serviço, pelas suas características, podem estar influenciando estes índices. Sabe-se que, em algumas áreas, a superlotação e heterogeneidade das turmas, bem como a inadequação do conteúdo da disciplina ao curso que ela serve, contribuem para elevar o índice de reprovação. Em termos de relação de matrícula e reprovação não se verificou esta associação para o curso de engenharia elétrica, como poderia se esperar.

5. Implicações para a Gestão do Ensino de Graduação em Universidades

Este estudo buscou colocar em evidência a relação entre avaliação e gestão em universidades. Ao invés de tratar a questão de maneira ampla e discursiva, procurou observar esta relação a partir de uma análise empírica dos cursos de graduação. O pressuposto é que o objetivo da avaliação reduz o seu alcance quando não consegue oferecer elementos para a tomada de decisão.

Partindo-se de uma discussão mais ampla sobre a avaliação institucional e o seu momento presente, centrou-se a análise no ensino de graduação. Empiricamente, trabalhou-se com dados de uma universidade, que no entanto não foi identificada pelo fato disto não ser relevante para este trabalho. Mostrou-se como alternativas diferentes na captação de dados podem produzir um banco de informações razoável para apoiar qualquer pró-reitoria de ensino na gestão desta dimensão na universidade. Não só isso, a existência dessas alternativas conduz a estudos diferenciados no sentido das lacunas que cada uma delas não preencheu.

A proposta de avaliação institucional do PAIUB foi utilizada como referencial atual, a nível de política educacional, para esta discussão, pois apresenta uma síntese das produções realizadas desde a década de 80 e, principalmente, por possibilitar o cotejamento de dois tipos de levantamento de dados: um via questionário, e outro via sistema informatizado da instituição.

Este último tipo de levantamento, que permite o trabalho com variáveis quantitativas, cria a possibilidade de elaboração de estudos de tendência, exemplificado no texto a partir das matrículas dos alunos nos cursos e também do seu desempenho, em termos de aprovação/reprovação.

Como conclusão, torna-se importante apontar alguns aspectos derivados da análise de seção 3 deste trabalho. Um estudo mais detalhado pode ser realizado sobre a variável desempenho do aluno. Por exemplo, torna-se possível a especificação deste desempenho a partir de menções ou notas. Assim, pode-se analisar a qualidade da reprovação, desdobrando-a em notas abaixo de 5 (reprovações de fato), daquelas consideradas sem rendimento caracterizando abandono ou evasão da disciplina.

Por outro lado, se o índice de aprovação é muito elevado, é provável que estejamos trabalhando com uma distribuição normal só que, ao invés de 5, a média estaria em 7. Ou então não teríamos de fato uma distribuição normal de notas. A partir, ainda, deste detalhamento, é

possível estudar mais fundo o papel das disciplinas de pré-requisito, o das disciplinas introdutórias, questionar os critérios de avaliação de alunos, bem como realizar um estudo sobre evasão na universidade.

Dentro ainda do estudo de tendência, sugerem-se algumas outras variáveis que podem compor um quadro para um melhor conhecimento da universidade: por exemplo, número de formados, índice de qualidade da entrada do aluno, qualificação do corpo docente, produção científica, número de bolsas de iniciação científica, participação em atividades artísticas na cidade, número de títulos na biblioteca, custo/aluno, entre outras (incluem-se, nesta lista, os indicadores propostos pelo PAIUB). Além desta preocupação com tendências, outros estudos podem ser propostos envolvendo análise estatística de relações/explicações entre variáveis, com o sentido de fornecer subsídios para a avaliação de cursos de graduação.

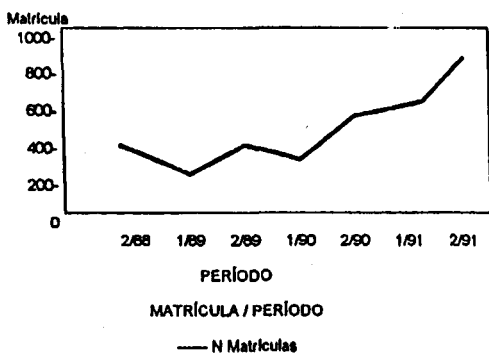
Propõe-se, portanto, que as pró-reitorias de ensino elaborem uma agenda de estudos avaliativos e analíticos que subsidiem a tomada de decisão nesta dimensão. Tanto dados primários quanto secundários são importantes para a gestão do ensino. As tendências verificadas em cada universidade devem ser confrontadas com outras para se obter um panorama nacional da área. Trata-se de um desafio que a universidade deve assumir como sua política.

ANEXO 1 - Relação dos Cursos de Graduação abordados neste estudo:

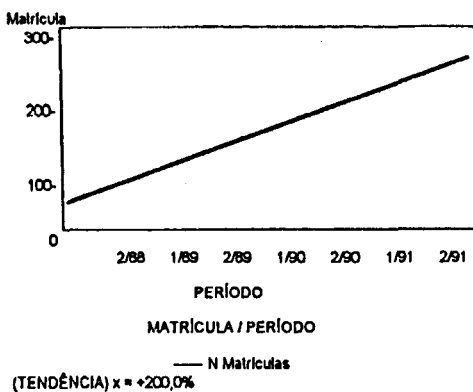
Ciências Exatas	Estudos Sociais Aplicados	Tecnologia
Ciências da Computação	Biblioteconomia	Engenharias:
Estatística	Ciências Administrativas	Agrônômica
Física	Direito	Civil
Matemática	Relação Internacionais	Elétrica
Química		Florestal
	Saúde	Mecânica
Ciências Humanas	Educação Física	
Antropologia	Enfermagem	Ciências Biológicas: Biologia
Economia	Medicina	Instituto de Psicologia: Psicologia
Filosofia	Nutrição	Comunicação e Expressão: Comunicação
Geografia	Odontologia	Arquitetura e Urbanismo: Arquitetura
História		Instituto de Letras: Letras
Serviço Social	Artes	Faculdade de Educação: Pedagogia
Sociologia	Artes Cênicas	
	Artes Plásticas	
	Música	

ANEXO 2

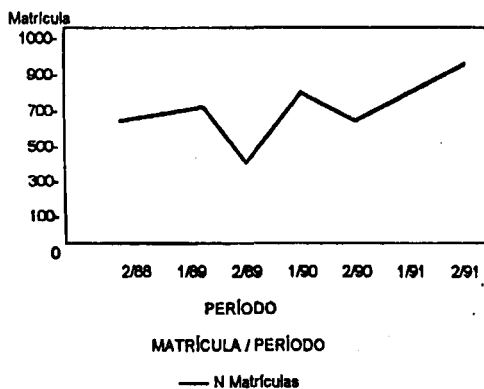
ENFERMAGEM
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91



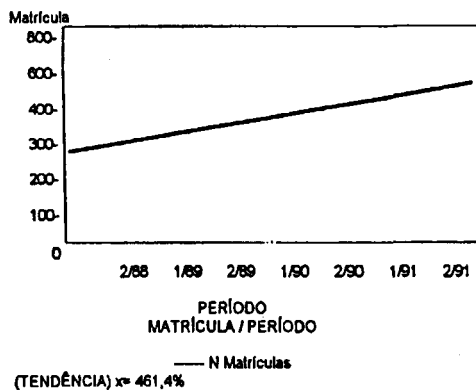
ENFERMAGEM
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91



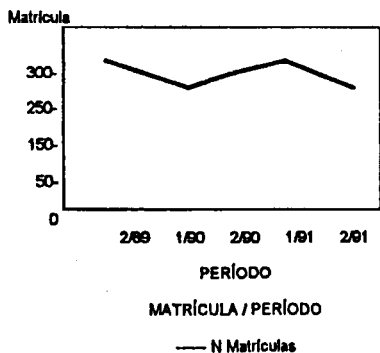
ANTROPOLOGIA
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91



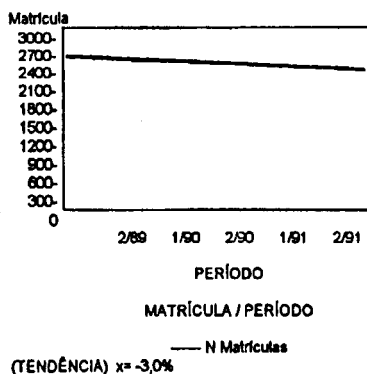
ANTROPOLOGIA
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91



MEDICINA
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91

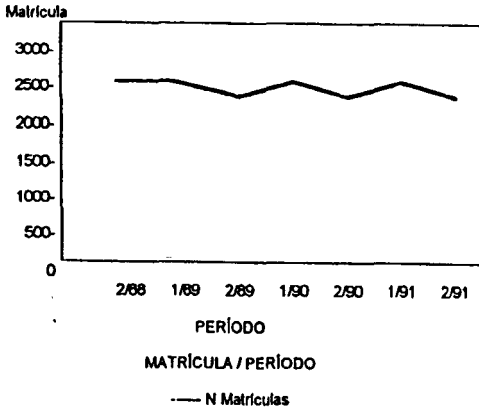


MEDICINA
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91

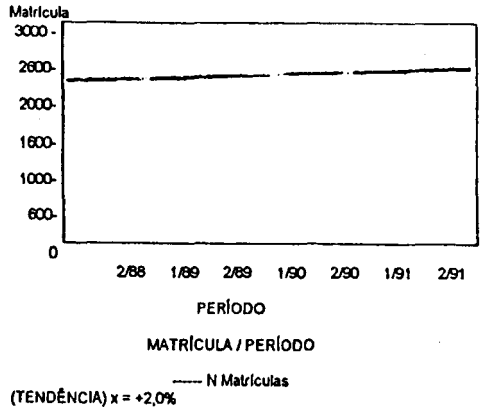


ANEXO 2

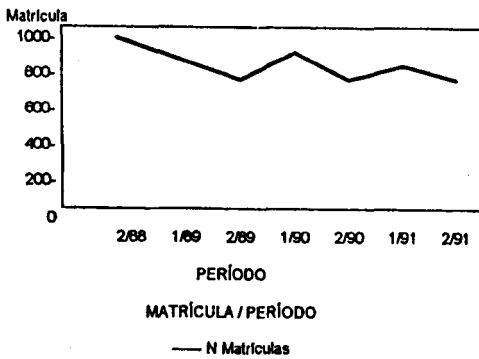
DIREITO
Evolução Da Matrícula 2/88 a 2/91



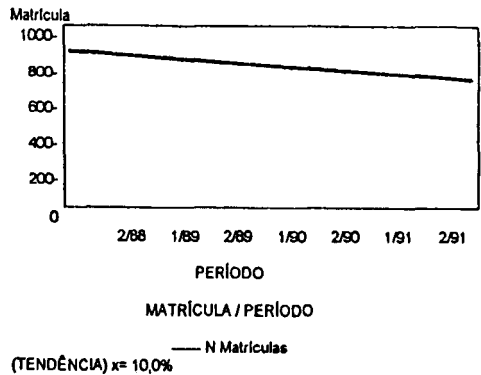
DIREITO
Evolução Da Matrícula 2/88 a 2/91



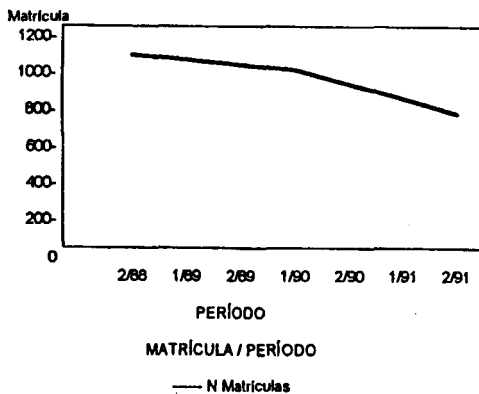
ESTATÍSTICA
Evolução Da Matrícula 2/88 a 2/91



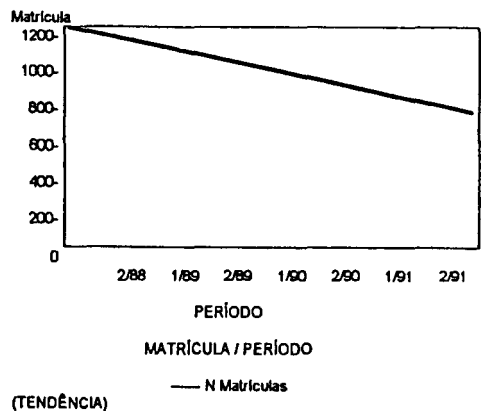
ESTATÍSTICA
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91



ENGENHARIA ELÉTRICA
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91

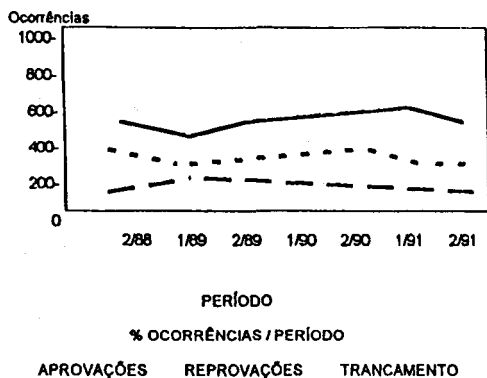


ENGENHARIA ELÉTRICA
Evolução Da Matrícula 2/88 A 2/91

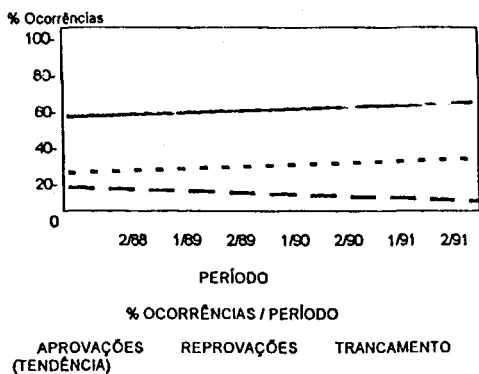


ANEXO 3

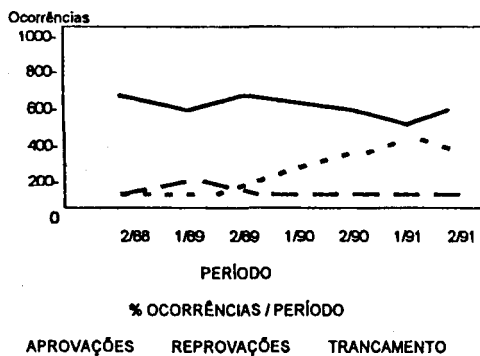
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO
% Ocorrências 2/88 a 2/91



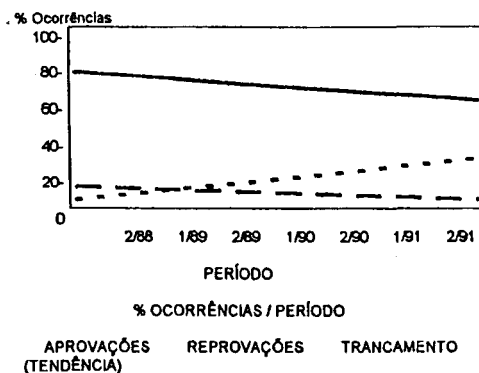
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO
% Ocorrências 2/88 a 2/91



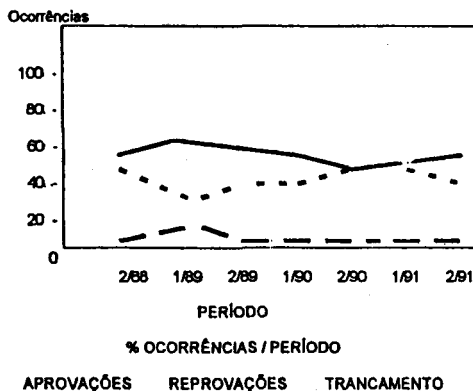
FILOSOFIA
% Ocorrências 2/88 A 2/91



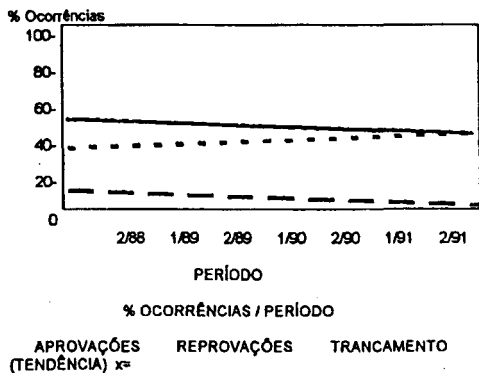
FILOSOFIA
% Ocorrências 2/88 A 2/91



MATEMÁTICA
% Ocorrências 2/88 A 2/91

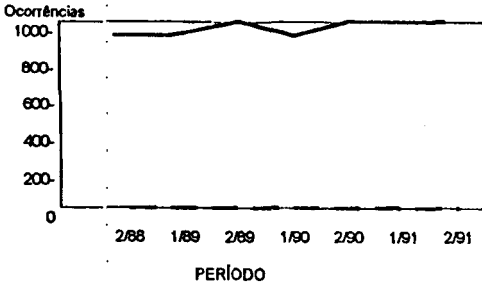


MATEMÁTICA
% Ocorrências 2/88 A 2/91



ANEXO 3

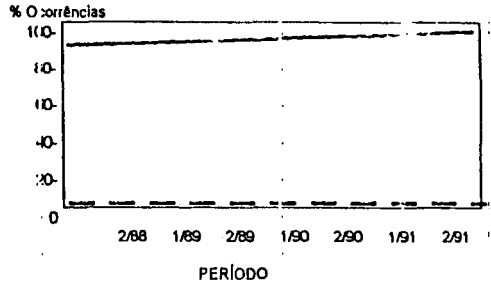
ODONTOLOGIA
% Ocorrências 2/88 a 2/91



% OCORRÊNCIAS / PERÍODO

APROVAÇÕES REPROVAÇÕES TRANCAMENTO

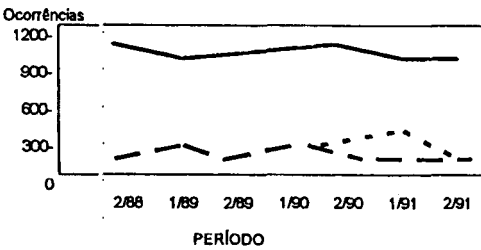
ODONTOLOGIA
% Ocorrências 2/88 a 2/91



% OCORRÊNCIAS / PERÍODO

APROVAÇÕES REPROVAÇÕES TRANCAMENTO
(TENDÊNCIA)

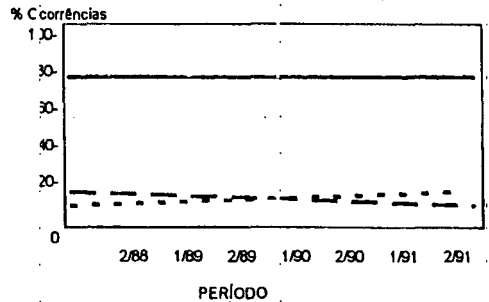
LETRAS
% Ocorrências 2/88 A 2/91



% OCORRÊNCIAS / PERÍODO

APROVAÇÕES REPROVAÇÕES TRANCAMENTO

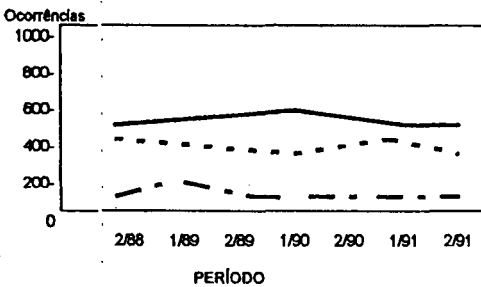
LETRAS
% Ocorrências 2/88 A 2/91



% OCORRÊNCIAS / PERÍODO

APROVAÇÕES REPROVAÇÕES TRANCAMENTO
(TENDÊNCIA)

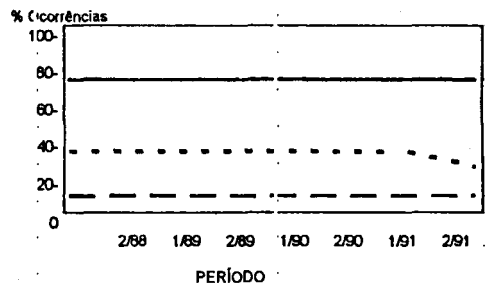
FÍSICA
% Ocorrências 2/88 A 2/91



% OCORRÊNCIAS / PERÍODO

APROVAÇÕES REPROVAÇÕES TRANCAMENTO

FÍSICA
% Ocorrências 2/88 A 2/91



% OCORRÊNCIAS / PERÍODO

APROVAÇÕES REPROVAÇÕES TRANCAMENTO
(TENDÊNCIA) x=

ABSTRACT

This study discusses the institutional evaluation of universities taking into account the assessment of undergraduate courses. It considers the Institutional Evaluation Program for the Brazilian Universities (PAIUB) basic document as a conceptual reference and points to two methodologies as complementary ways of getting information, helpful to the decision making process. The first, based on questionnaire, represents actors' perceptions about the process. The other, based on quantitative data, is helpful in the creation of university indicators. It argues that tendency studies of variables or indicators, among other possibilities, are relevant to a better knowledge of undergraduate courses. At the end, it proposes an "agenda" for other studies.

Referências Bibliográficas

- BELLONI, I., KIPNIS, B., SERAFINI, O.** (Coord.) *Avaliação do ensino de graduação: teste da metodologia - 1987 (relatório da 1ª fase)*: Brasília, DF: UnB., 1988. 86p. (Coleção Série UnB.).
- BELLONI, I., SERAFINI, O., KIPNIS, B., CORDON, J.A.** *Proposta de avaliação institucional da Universidade de Brasília*. Brasília, DF: CRUB, 1989 (Estudos e Debates, 14).
- ENSAIO: avaliação e políticas públicas em Educação**. Rio de Janeiro, Fundação CESCGRANRIO, v. 1-3, n. 1-7, 1993-1995.
- ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 1, jan/jun. 1990.
- KIPNIS, B.** Democracia e o processo decisório em universidade pública: o caso brasileiro. In: CONGRESSO PEDAGOGIA, 2, 1995, Havana. *Papers...* Havana, 1995. 19 p. (Trabalho apresentado na Comissão "Pedagogia de la educación superior", oficina n. 19. Políticas universitárias).
- LUDKE, M.** Novos caminhos para a avaliação do ensino superior. *Estudo em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 1, jan./jun. 1990.
- PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**. Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras. *Avaliação das universidades brasileiras*. Brasília, DF, 1993.